

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

242 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 9 a 20 de junho de 2025

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Estado de direito na UE - relatório de Ana Catarina Mendes	1
Planos de Recuperação e Resiliência	1
Cimeira da NATO em junho	2
Acordo de Associação UE-Israel e a atual crise humanitária em Gaza	2
Alargamento - Montenegro e Moldávia	2
Abuso sexual de crianças: atualização de regras com atenção às novas tecnologias	3
Reuniões interparlamentares UE-Mercosul e UE-Brasil	3
Outros debates	3
2. REUNIÃO INFORMAL DO CONSELHO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	3
3. CIMEIRA DA NATO - 24 E 25 DE JUNHO - HAIA	4
4. CIMEIRA DO G7	5
5. PRESIDÊNCIA DINAMARQUESA DO CONSELHO DA UE - 2025	6
6. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PÓS 2027	6
7. COMISSÃO EUROPEIA - PRINCIPAIS COMUNICAÇÕES	8
Simplificação para Acelerar os Investimentos na Defesa da UE	8
Relançamento do Quadro de Titularização da UE	8
Eliminação Progressiva das Importações de Gás e Petróleo Russos para a UE	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU

Teve lugar, esta semana em Estrasburgo, a [sessão plenária](#) do Parlamento Europeu (PE).¹

Estado de direito na UE - relatório de Ana Catarina Mendes

O Parlamento Europeu (PE) aprovou esta quarta-feira, 18 de junho, com 405 votos a favor, 210 contra e 36 abstenções, um [relatório sobre o Estado de direito na União Europeia](#), que constitui a resposta institucional ao [relatório de 2024](#) da Comissão Europeia e o contributo do PE para o relatório de 2025.

O relatório, elaborado pela [Deputada Ana Catarina Mendes \(S&D, Portugal\)](#), sublinha a necessidade de **reforçar a independência, a eficácia e os recursos dos sistemas judiciais dos Estados-Membros, condenando interferências políticas nas investigações de corrupção e o uso abusivo da justiça para fins partidários**. O documento alerta para o incumprimento reiterado das decisões do Tribunal de Justiça da UE, o enfraquecimento da proteção das minorias — em especial das pessoas LGBTIQ+ — e os ataques à liberdade de imprensa e à sociedade civil, como o uso de software espião contra jornalistas. Defende a aplicação plena da legislação europeia, como o Regulamento dos Serviços Digitais e o Regulamento sobre a Liberdade dos Meios de Comunicação Social, e propõe ligar o financiamento da UE ao respeito pelo Estado de direito, com salvaguardas para garantir que os fundos cheguem diretamente aos beneficiários finais.

O relatório dedica particular atenção à Hungria, citada como exemplo de violação sistemática dos valores da União, apontando a politização do Ministério Público e o uso indevido de fundos europeus. Os Deputados apelam ao Conselho para desbloquear os processos ao abrigo do artigo 7.º do TUE. Na sequência da votação, Ana Catarina Mendes declarou: *«A democracia prospera com a separação de poderes, a liberdade de imprensa, o acesso à justiça e o respeito pelas liberdades fundamentais. Sem estes, o Estado de direito torna-se uma formalidade vazia — e abre-se espaço para o autoritarismo. Este Parlamento não pode ignorar as ameaças aos nossos valores, quando os jornalistas são alvo de software espião em Itália, as liberdades civis básicas das pessoas LGBTIQ+ estão a ser atacadas na Hungria e a liberdade reprodutiva é ameaçada por um novo presidente nacionalista na Polónia. O silêncio dos democratas é o maior benefício para os extremistas.»*

Planos de Recuperação e Resiliência

O PE Europeu aprovou uma resolução que propõe **prorrogar por 18 meses o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)**, atualmente com fim previsto para 2026. A medida visa garantir a **conclusão de reformas e projetos estruturantes**, tendo em conta que cerca de 70% dos marcos ainda não foram alcançados. A resolução, adotada por 421 votos a favor, destaca o papel do MRR na **estabilização económica da UE** e defende que o financiamento continue a respeitar o princípio da adicionalidade, orientando-se para setores como energia, defesa, infraestruturas e transportes. Os Estados-Membros são incentivados a atualizar os seus planos à luz do REPowerEU, reforçando a **autonomia energética** da União.

Os Deputados pedem também **mais transparência, auditoria rigorosa e simplificação** dos procedimentos, facilitando o acesso aos fundos, especialmente para pequenos beneficiários. Victor Negrescu (S&D) alertou que *“a menos que atuem agora, os investimentos críticos correm o risco de ficar por concluir”* e sugeriu integrar os projetos inacabados noutros instrumentos da UE. Siegfried Mureșan (PPE) defendeu uma reorientação dos fundos não utilizados para novas prioridades como **competitividade e defesa**, reforçando a segurança europeia.

¹ Fonte principal: Serviço de Imprensa do PE. Síntese da plenária [aqui](#)

Cimeira da NATO em junho

Na sequência do esperado compromisso da Cimeira da NATO em Haia (24-25 de junho) para aumentar substancialmente as despesas de defesa, vários Deputados manifestaram apoio à medida, alertando para a necessidade de proteger simultaneamente os investimentos sociais. Nicolás Pascual de la Parte (PPE) defendeu o alinhamento do financiamento da defesa com uma análise estratégica de riscos e parcerias globais da NATO. Yannis Maniatis (S&D) sublinhou que «*reforçar as despesas de defesa não deve fazer-se à custa do Estado social ou da coesão*». Bas Eickhout (Verdes/ALE) apelou à criação de «*um fundo europeu para a segurança, baseado em empréstimos comuns*», com exceções às regras orçamentais para evitar austeridade.

Outros Deputados expressaram ceticismo. Marc Botenga (A Esquerda) considerou que «*a NATO já gasta oito vezes mais que a Rússia*» e que o aumento orçamental «*não serve para se defender, mas para atacar*». Harald Vilimsky (Patriotas pela Europa) afirmou que reforçar o investimento militar é «*um erro*». Valerie Hayer (Renew Europe) defendeu uma maior responsabilidade europeia na NATO, afirmando: «*Durante décadas, a Europa subcontratou a dissuasão aos EUA. O esforço partilhado não pode continuar apenas no papel*». Segundo um projeto de conclusões do Conselho Europeu da próxima semana, os líderes da UE deverão apoiar esta orientação na reunião de 26 de junho e pedir maior coordenação entre os Estados-Membros².

Acordo de Associação UE-Israel e a atual crise humanitária em Gaza

O PE debateu com o Conselho e a Comissão o início da revisão do Acordo de Associação UE-Israel, base da cooperação política e económica entre ambas as partes ([ver aqui](#)). O debate foi solicitado pelo grupo A Esquerda, sob o título “*Pôr fim ao genocídio em Gaza: chegou a hora das sanções europeias*”. As posições foram fortemente divergentes. Manon Aubry (A Esquerda) declarou: «*Genocídio, genocídio, genocídio [...] o governo israelita organiza metodicamente e deliberadamente o genocídio do povo palestino*». Nacho Sánchez Amor (S&D) e Hilde Vautmans (Renew Europe) denunciaram declarações de ministros israelitas e alertaram para a cumplicidade europeia por inação, enquanto Tineke Strik (Verdes/ALE) defendeu medidas concretas para pôr fim ao que classificou como genocídio.

Vários Deputados apelaram à suspensão do Acordo de Associação, embargo de armas e sanções económicas e individuais. Outros rejeitaram a qualificação de genocídio: Hildegard Bentele (PPE) alertou que o termo exige intenção comprovada, e Juan Carlos Girauta Vidal (Patriotas pela Europa) considerou a acusação «*mentirosa*» e «*puro antissemitismo*». Também Sebastian Tynkkyne (CRE) e Marc Jongen (Identidade e Democracia) atribuíram ao Hamas a responsabilidade por um genocídio contra os judeus. A Alta Representante Kaja Kallas reconheceu que a situação em Gaza «*ultrapassou o objetivo de autodefesa*», mas evitou o uso do termo genocídio, afirmando: «*Se dependesse apenas de mim, já teriam sido tomadas decisões*» (discurso [aqui](#)).

Alargamento - Montenegro e Moldávia

O PE aprovou esta quarta-feira duas resoluções que elogiam os progressos realizados por Montenegro e pela Moldávia no processo de adesão à UE. O **Montenegro**, considerado o **candidato mais avançado**, tem como meta a adesão em **2028**, mas os Deputados pedem reformas mais ambiciosas no domínio eleitoral, judicial e no combate à corrupção. Manifesta-se também preocupação com interferência externa e campanhas de desinformação. O relator Marjan Šarec sublinhou: “*O caminho europeu é o único possível para Montenegro*”.

Quanto à Moldávia, os Deputados elogiam o compromisso com as reformas, apesar da pressão externa da Rússia e dos impactos da guerra na Ucrânia. Destacam o bom funcionamento do referendo e das eleições presidenciais de 2024 e alertam para riscos de interferência nas eleições legislativas de 2025. O relator Sven Mikser afirmou que o país demonstrou “notável determinação em alinhar-se com os valores da UE”.

² Cortesia Agence Europe.

Abuso sexual de crianças: atualização de regras com atenção às novas tecnologias

O Parlamento Europeu adotou com 599 votos a favor a sua posição sobre a [atualização da diretiva relativa à luta contra o abuso e a exploração sexual de crianças](#), reforçando a proteção das vítimas e adaptando a legislação às novas tecnologias. A proposta prevê o agravamento das penas, a abolição dos prazos de prescrição e a introdução de uma nova definição de consentimento, incluindo casos entre pares com abuso de poder. Será ainda criminalizada a criação de material abusivo com recurso a inteligência artificial e falsificação profunda.

Os Deputados defendem o recurso a investigações encobertas e vigilância discreta, bem como apoio especializado e gratuito às vítimas, inspirado no modelo Barnahus. O relator Jeroen Lenaers (PPE) afirmou: «Nunca poderemos ser suficientemente ambiciosos no que diz respeito à proteção das crianças. [...] Não pode haver um prazo para a justiça.» A proposta segue agora para negociação com o Conselho.

Reuniões interparlamentares UE–Mercosul e UE–Brasil

O Parlamento Europeu acolheu, a 18 de junho, em Estrasburgo, **a primeira reunião interparlamentar da 10.ª legislatura com o Parlamento do Mercosul (Parlasul)**. A sessão foi organizada pela Delegação do PE para as Relações com o Mercosul e contou com a participação dos Deputados portugueses Francisco Assis (S&D), João Cotrim de Figueiredo (Renew) e Lúcia Pereira (PPE), membros da Comissão do Comércio Internacional, bem como dos membros portugueses da Delegação para as Relações com o Mercosul: Hélder Sousa Silva (PPE), Bruno Gonçalves (S&D) e Tiago Moreira de Sá (Patriotas pela Europa). As Deputadas Ana Miguel Pedro (PPE) e Catarina Martins (Grupo da Esquerda) participaram na qualidade de membros da Delegação para as Relações com o Brasil.

A reunião centrou-se em dois temas principais. O primeiro foi o desenvolvimento das relações comerciais UE–Mercosul, na sequência do acordo de associação assinado em dezembro de 2024, com destaque para os seus efeitos nos setores agrícolas e nos compromissos assumidos em matéria de sustentabilidade, direitos laborais e proteção ambiental. O segundo tema abordado foi o combate à pobreza infantil, procurando identificar mecanismos eficazes de cooperação inter-regional ([Ordem de trabalhos e transmissão em direto](#)).

No dia 19 de junho teve lugar, também em Estrasburgo, a IV reunião interparlamentar UE–Brasil, presidida por Hélder Sousa Silva (PPE), enquanto presidente da Delegação para as Relações com o Brasil, e por Arlindo Chinaglia, da Câmara dos Deputados brasileira. A reunião focou-se no reforço do multilateralismo no comércio, no impacto do acordo UE–Mercosul nas relações bilaterais e nos preparativos para a COP30, que terá lugar em Belém, Brasil ([Agenda e transmissão da reunião UE–Brasil](#))

Outros debates

- [Pacto da Indústria Limpa deve conjugar a competitividade industrial com a ação climática](#)
- [Parlamento Europeu defende maior coordenação e resiliência nas redes elétricas europeias](#)

2. REUNIÃO INFORMAL DO CONSELHO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

A Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Kaja Kallas, apelou a 17 de junho de 2025 a uma desescalada urgente do conflito entre Israel e o Irão, durante uma reunião informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE realizada por videoconferência ([detalhes aqui](#)). Kallas alertou para o risco de instabilidade regional e sublinhou que os ministros apelaram à contenção e ao respeito pelo direito internacional. Afirmou que a UE está em contacto com Israel, Irão e parceiros regionais, e rejeitou qualquer papel mediador da Rússia, afirmando que “*o Presidente Putin não é alguém que possa falar de paz*”, criticando ainda o ataque russo a Kiev na véspera, que causou 14 mortos.

A reunião permitiu também coordenar a resposta operacional da UE, incluindo a ativação da proteção civil e apoio à evacuação de cidadãos europeus de Israel e do Irão. Kallas abordou ainda o programa nuclear iraniano, defendendo que a diplomacia continua a ser o melhor caminho e reiterando a disponibilidade da UE para retomar negociações com base no acordo de 2015. Sobre os efeitos do conflito nos mercados energéticos, a Alta Representante manifestou apoio à redução do teto do preço do petróleo russo, alertando para o risco de Moscovo lucrar com a crise.

A posição da UE foi alinhada com a do G7, que numa declaração conjunta reafirmou o direito de Israel à autodefesa, considerou o Irão a principal fonte de instabilidade na região e reiterou que o país “*nunca poderá obter a arma nuclear*”. O Conselho de Ministros voltará a reunir na próxima semana ([ver aqui](#)), com o Médio Oriente entre os temas em destaque. Recorde-se que em 20 de maio de 2025, Kallas anunciou o início da revisão do artigo 2.º do Acordo de Associação UE-Israel, para avaliar o respeito pelos direitos humanos e princípios democráticos – um procedimento que poderá conduzir à sua suspensão. Uma análise do think tank do Parlamento Europeu sobre esta revisão está disponível [aqui](#).

3. CIMEIRA DA NATO - 24 E 25 DE JUNHO - HAIA

Terá lugar, nos próximos dias 24 e 25 de junho, a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da NATO, na cidade neerlandesa da Haia, onde se prevê que os líderes cheguem a consenso sobre as novas metas em termos de investimento no setor da defesa por parte dos aliados.

No dia 9 de junho de 2025, o Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, proferiu um discurso em Londres no *think tank Chatham House*, sob o título “*Building a Better NATO*”, onde apresentou as suas prioridades para a Aliança Atlântica na perspetiva da Cimeira de Haia ([Discurso completo](#)). Enquadrando o atual contexto de ameaças crescentes vindas da Rússia, China, Irão e Coreia do Norte, Rutte traçou uma visão clara para uma NATO “*mais forte, mais justa e mais letal*”, capaz de responder a um mundo mais perigoso e competitivo. Alertou que a **Rússia poderá estar pronta para usar força militar contra a NATO dentro de cinco anos**, e que a sua capacidade industrial de defesa já ultrapassa largamente a da Aliança. Para responder a este cenário, defendeu uma “*salto quântico*” no investimento em defesa, propondo que os Aliados acordem na cimeira um novo objetivo de **5% do PIB para a defesa**: 3,5% destinados a necessidades militares diretas e 1,5% a infraestruturas e capacidades industriais. Sublinhou que este valor é baseado em “*factos duros*”, não em “*esperanças*” nem em gestos simbólicos. Note-se que subsistem divergências quanto ao calendário para atingir estes 5%: Mark Rutte avançou com 2032, países da linha da frente como a Lituânia e a Estónia defendem 2030, enquanto o Reino Unido e a Itália aceitam 2035.

Rutte insistiu que uma NATO mais letal não é incompatível com a sua natureza defensiva, mas sim a chave para uma dissuasão eficaz. “*Tornar-nos mais letais significa mostrar a qualquer agressor que podemos — e iremos — retaliar com mais força*”, afirmou. Explicou que a letalidade passará por aumentos maciços na produção de armamento, tanques, sistemas de defesa aérea e mísseis de longo alcance, bem como investimentos em capacidades espaciais, cibernéticas e drones. Por fim, reiterou o apoio incondicional da NATO à Ucrânia e à integridade do seu território, reconhecendo os esforços de paz em curso, incluindo os liderados pelos EUA, mas alertando: “*A história mostrou que, para preservar a paz, temos de nos preparar para a guerra. Sonhar não é uma estratégia. A esperança não nos protege*”.

- Posição de Espanha sobre o novo objetivo de despesas de defesa da NATO

O Primeiro-Ministro espanhol, Pedro Sánchez, comunicou formalmente ao Secretário-Geral da NATO, Mark Rutte, que **Espanha não poderá comprometer-se com a meta de 5% do PIB** para despesas de defesa que deverá ser discutida na próxima cimeira da Aliança, a realizar-se em Haia (24-25 de junho). Apesar de reafirmar

o compromisso de Espanha com a arquitetura de segurança europeia, Sánchez alertou que o cumprimento dessa meta colocaria em risco o sistema de bem-estar social do país, obrigando a aumentos de impostos sobre a classe média, cortes na cooperação para o desenvolvimento e na transição verde. Espanha, que deverá atingir apenas este ano a atual meta de 2% do PIB, mantém-se como o membro com menor despesa relativa na NATO (1,3% em 2024), e solicitou uma flexibilização da linguagem do compromisso ou uma exceção formal. A carta de Sánchez foi revelada em primeira mão pelo *El País* e obtida pelo *Politico* [aqui](#).

Embora a ministra da Defesa espanhola, Margarita Robles, tenha garantido que Madrid não bloqueará um eventual acordo, o governo insiste que a adesão plena seria prejudicial à indústria nacional e obrigaria à aquisição de equipamento "[off-the-shelf](#)".

- Revisão Estratégica da Defesa do Reino Unido (Strategic Defence Review – SDR)

Em resposta a um ambiente internacional cada vez mais volátil, a **Revisão Estratégica da Defesa do Reino Unido (SDR)**, anunciada a 2 de junho, foi apresentada como uma viragem decisiva na política de defesa britânica. Reconhecendo que os adversários estão a cooperar entre si e a tirar partido das novas tecnologias — como os drones e a guerra digital —, o Reino Unido propõe um **novo paradigma estratégico assente na prontidão operacional e na dissuasão ativa**. A SDR estabelece uma visão a longo prazo para transformar as Forças Armadas, aumentar o investimento em defesa (com a meta de atingir **2,5% do PIB até 2027 e 3% numa legislatura futura**) e reforçar o papel do Reino Unido como pilar central da NATO e motor de inovação tecnológica na Aliança.

A nova estratégia britânica parte do princípio de que **a defesa nacional é inseparável da segurança europeia e da solidariedade transatlântica**. Com um foco assumido numa política de **"NATO first"**, o Reino Unido procurará liderar em áreas-chave como as capacidades nucleares, as tecnologias emergentes e as reformas na defesa convencional. A revisão sublinha a importância de **integrar a sociedade no esforço de resiliência e reconfigurar as Forças Armadas como uma força híbrida** entre os meios convencionais ("heavy metal") e os sistemas autónomos digitais. Ao mesmo tempo, posiciona a defesa como motor de crescimento económico, apostando em parcerias com a indústria, reformas nos processos de aquisição e apoio às empresas britânicas.

Pilares estratégicos da SDR:

- Prontidão para combate: criação de uma força integrada mais letal, com defesa nacional reforçada.
- Motor de crescimento: novas parcerias com a indústria, reformas nos contratos e apoio à economia britânica.
- NATO first: prioridade à segurança europeia, com liderança britânica em capacidades nucleares e tecnológicas.
- Inovação baseada na Ucrânia: uso de drones, dados e guerra digital para tornar as Forças Armadas mais fortes e seguras.
- Abordagem de toda a sociedade: reforço da resiliência nacional e renovação do contrato social com os militares.

O documento está disponível [aqui](#) e uma análise aprofundada, elaborada pela Câmara dos Comuns, [aqui](#).

4. CIMEIRA DO G7

O G7 é um fórum informal de coordenação entre as principais economias democráticas do mundo — Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido, Estados Unidos e a União Europeia, que participa como

membro de pleno direito desde 1981. A Cimeira de 2025, realizada em Kananaskis, Canadá, marcou os 50 anos do grupo. A UE esteve representada por António Costa e Ursula von der Leyen, participando plenamente nas sessões. Os líderes reuniram-se com o Presidente ucraniano Volodymyr Zelenskyy e reafirmaram o apoio à soberania da Ucrânia, apelando à reciprocidade russa num cessar-fogo. Discutiram ainda a crise no Médio Oriente, com foco no conflito entre Israel e o Irão, reafirmando o compromisso com a estabilidade regional ([declaração conjunta](#)). Apesar dos esforços, os líderes do G7 não chegaram a uma declaração conjunta sobre a Ucrânia, devido à recusa do Presidente dos EUA, Donald Trump, em aceitar linguagem mais dura contra a Rússia. A presidência canadiana optou por emitir um [chair's summary](#), expressando apoio aos esforços de Trump para alcançar a paz e apelando a um cessar-fogo russo. A cimeira foi marcada por diplomacia prudente face à postura de Trump, que deixou o encontro antes do fim.

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, publicou, antes da Cimeira, um artigo de reflexão intitulado *"Reliable partnerships in a world of uncertainty"*.

5. PRESIDÊNCIA DINAMARQUESA DO CONSELHO DA UE - 2025

A menos de duas semanas do início da Presidência dinamarquesa do Conselho da UE, o embaixador da Dinamarca junto da UE, Carsten Grønbech-Jensen, apresentou, a 17 de junho, **as prioridades do semestre, centradas em segurança e competitividade**. No domínio da **segurança**, a Dinamarca compromete-se a implementar o pacote 'Rearm', reforçar a resiliência da UE face a catástrofes naturais, ameaças às infraestruturas críticas e dependências estratégicas, e a tratar a segurança económica em articulação com a indústria. Quanto à **competitividade**, o embaixador apelou à redução da carga legislativa, sobretudo para as PME, lamentando o afastamento europeu face aos EUA e à China.

A Dinamarca pretende igualmente **reforçar o mercado interno energético**, impulsionar a transição ecológica, e dar prioridade política às negociações do próximo QFP e ao alargamento da UE. Outras prioridades incluem o mercado de capitais, a migração e a definição da posição europeia para as metas climáticas de 2040, a tempo da COP30 no outono.

No plano institucional, caberá ao Parlamento dinamarquês conduzir a dimensão parlamentar da Presidência, com diversas reuniões e conferências distribuídas pelo território. O Presidente do Parlamento, Søren Gade, destacou que a Dinamarca aproveitará a Presidência para mostrar soluções locais com potencial europeu, com visitas a empresas como a LEGO e a KMC, reconhecidas pela sua inovação em sustentabilidade e digitalização. Além das quatro conferências parlamentares tradicionais (duas COSAC, PESC/PCSD e Governação Económica), realizar-se-ão encontros temáticos sobre clima e ambiente, competitividade e digitalização, selecionados pelas comissões permanentes do Parlamento. «*A Presidência dinamarquesa oferece uma oportunidade única para apresentar prioridades e soluções nacionais ao resto da Europa*», afirmou Gade. Mais informações disponíveis no [site oficial do Parlamento dinamarquês](#).

6. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL PÓS 2027

No próximo dia 16 de julho, a Comissão Europeia apresentará a sua proposta para o Quadro Financeiro Plurianual pós 2027 e têm surgido os primeiros sinais e análises sobre o que se poderá esperar da negociação.

- Dinamarca sinaliza abertura a um orçamento maior

Durante uma intervenção a 18 de junho (cfr. supra, ponto 5), o embaixador da Dinamarca junto da União Europeia, Carsten Grønbech-Jensen, afirmou que o seu país não bloqueará propostas para aumentar o próximo orçamento de longo prazo da UE (QFP pós-2027), nem rejeitará à partida a emissão de dívida comum europeia durante a Presidência dinamarquesa do Conselho da UE, que terá início em 1 de julho de 2025.

Grønbech-Jensen declarou que os “desafios geopolíticos” atuais, designadamente a guerra da Rússia contra a Ucrânia, implicam que a Dinamarca não se pode dar ao luxo de “ficar encostada a um canto” com os países tradicionalmente frugais durante as negociações do próximo QFP. Afirmou: “Mas não nos vão ouvir dizer que queremos um orçamento de 1% [do PIB anual], que não aceitaremos aumentos de orçamento e que excluímos fontes de financiamento como a dívida comum desde o início.”

As declarações enquadram-se na sequência do [anúncio](#) feito no início de junho pela Primeira-Ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen, segundo o qual a Dinamarca abandonaria o grupo dos chamados “quatro frugais” (Países Baixos, Áustria, Suécia e Dinamarca). O embaixador salientou ainda que a Dinamarca continuará a zelar pela boa utilização dos fundos do orçamento da UE, frisando: “Trabalharemos sempre para garantir que o dinheiro do orçamento da UE é bem gasto e que definimos prioridades.”

As observações do representante dinamarquês antecederam a proposta inicial da Comissão Europeia para o QFP pós-2027, na qual o executivo europeu deverá defender um orçamento superior a 1% do PIB da UE. [Recorde-se](#) que, apesar do apoio reiterado de países como França a um orçamento mais ambicioso, a Alemanha, maior economia e principal contribuinte do QFP, continua a opor-se, tendo recentemente declarado num documento oficial que “*não há base para aumentar as contribuições dos Estados-Membros*”.

Grønbech-Jensen referiu que as negociações durante a Presidência dinamarquesa se centrarão na estrutura interna do orçamento, e não no seu montante, antecipando um debate técnico e difícil: “*Não creio que vamos discutir profundamente os números durante a Presidência dinamarquesa. Isso ficará para mais tarde – e será sangrento, como sempre é.*”

- Instituto Bruegel propõe nova receita própria da UE baseada nas despesas de defesa

Por seu lado, o Instituto Bruegel propôs, a 11 de junho de 2025, a **criação de uma nova receita própria da União Europeia** (estudo disponível [aqui](#)), sob a forma uma “*contribuição por défice de despesas de defesa*” ou “*contribuição adicional devida por insuficiência nas despesas de defesa*”. Trata-se de uma proposta de recurso próprio da UE, a aplicar aos Estados-Membros que não atinjam determinados níveis de investimento em defesa.

Esta contribuição adicional incidiria sobre os Estados-Membros cujas despesas nacionais em defesa se situem abaixo da média europeia ou de um limiar fixo, como os 2% do PIB atualmente definidos no âmbito da NATO. O objetivo seria incentivar um maior equilíbrio no esforço de defesa europeu, combater o “*problema de passageiro clandestino*” — em que países que investem menos beneficiam da segurança proporcionada pelos que investem mais — e simultaneamente reforçar o orçamento da UE. A proposta apresenta dois modelos possíveis de aplicação:

- Modelo baseado na média da UE, em que o contributo de um país aumentaria enquanto as suas despesas se mantivessem abaixo da média europeia;
- Modelo baseado num limiar fixo, como os 2% ou os 5% do PIB (valores em discussão para a Cimeira da NATO de Haia, a 24-25 de junho), cessando a contribuição quando o limiar for atingido.

Em ambos os casos, o montante a pagar resultaria da aplicação de uma taxa (por exemplo, 25%) à diferença entre a despesa real e o valor de referência, assegurando coerência com os novos objetivos estratégicos europeus em matéria de segurança e defesa.

- Posição do PPE

O Partido Popular Europeu publicou, esta semana, um position paper sobre esta matéria, onde enuncia as principais orientações desta família política para a negociação que se iniciará em breve. Disponível [aqui](#).

7. COMISSÃO EUROPEIA - PRINCIPAIS COMUNICAÇÕES

Simplificação para Acelerar os Investimentos na Defesa da UE

A 17 de junho de 2025, a Comissão Europeia apresentou o “*Omnibus para a Prontidão em Matéria de Defesa*”, um pacote legislativo para acelerar os investimentos e simplificar os procedimentos na área da defesa, em resposta aos desafios de segurança emergentes. As medidas incluem a criação de *licenciamento acelerado (prazo de 60 dias) para projetos de defesa, a redução da burocracia no acesso ao Fundo Europeu de Defesa e a facilitação das aquisições conjuntas entre Estados-Membros*. O pacote resulta do Livro Branco sobre a Resiliência da Defesa Europeia 2030 e de amplas consultas públicas ([documentação complementar](#)).

Henna Virkkunen, vice-presidente da Comissão, afirmou: “*Estamos a reduzir a burocracia para ajudar os Estados-Membros e a indústria a agir mais rapidamente, a investir de forma mais inteligente e a reforçar a nossa dissuasão coletiva*”. Outras medidas incluem a clarificação das regras da concorrência e do ambiente, o ajustamento da regulamentação de produtos químicos com impacto na defesa, e a melhoria do acesso ao financiamento, nomeadamente através do InvestEU e da definição clara de armas proibidas.

O pacote será agora debatido no Parlamento Europeu e no Conselho no âmbito do processo legislativo ordinário. Valdis Dombrovskis, Comissário responsável pela Economia, afirmou: “*O nosso mercado único é um instrumento poderoso para acelerar a produção industrial de defesa europeia*”. O Comissário da Defesa, Andrius Kubilius, concluiu: “*Putin não vai esperar que tenhamos a nossa papelada em ordem. Propomos uma redução drástica da burocracia para que a indústria possa alcançar a prontidão europeia até 2030*”.

Relançamento do Quadro de Titularização da UE

No âmbito da Estratégia para a União da Poupança e do Investimento, a Comissão Europeia apresentou, em 17 de junho de 2025, um conjunto de medidas para revitalizar o mercado de titularização da UE, tornando-o mais simples e funcional, sem comprometer a estabilidade financeira. A titularização permite aos bancos libertar capital para novos empréstimos, ao transferirem riscos para fora do sistema bancário, beneficiando famílias e PME. Segundo a Comissão, o atual quadro de 2019 está a dificultar o crescimento do mercado.

As propostas incluem alterações ao Regulamento da Titularização, visando reduzir custos operacionais, simplificar as exigências de diligência e transparência e tornar o regime prudencial mais sensível ao risco. Prevê-se também a revisão de regras ligadas ao rácio de cobertura de liquidez (LCR) e ao regulamento Solvência II, com o objetivo de eliminar obstáculos à elegibilidade das titularizações nas reservas de liquidez bancárias e investimentos de seguradoras.

Maria Luís Albuquerque, Comissária dos Serviços Financeiros, afirmou: “*A titularização é um instrumento útil para gerar financiamento adicional para as famílias e empresas da UE [...] mas um ecossistema dinâmico não se alcança só com regulamentação*”. As propostas serão agora submetidas a consulta pública e ao processo legislativo no Parlamento e no Conselho. ([Proposta legislativa e documentação complementar](#))

Eliminação Progressiva das Importações de Gás e Petróleo Russos para a UE

A Comissão Europeia propôs, a 17 de junho de 2025, um regulamento para **eliminar progressivamente todas as importações de gás e petróleo russos até ao final de 2027**, no seguimento do roteiro REPowerEU. O objetivo é reforçar a independência energética da União Europeia, garantir maior resiliência do mercado interno e reduzir a vulnerabilidade económica e política associada à dependência dos combustíveis fósseis russos. “*A Rússia tentou chantagear-nos repetidamente ao utilizar o seu aprovisionamento energético como arma*.”

Adotámos medidas claras para fechar a torneira e pôr termo à era dos combustíveis fósseis russos na Europa”, afirmou a Presidente Ursula von der Leyen ([Proposta de regulamento e documentação complementar](#)).

A proposta estabelece uma proibição faseada de contratos de gás natural e petróleo russos, com diferentes prazos para contratos novos, de curto e de longo prazo, e com exceções temporárias para países sem acesso direto ao mar. Inclui ainda medidas para proibir contratos de serviços com empresas russas em terminais de GNL, de forma a libertar capacidade para fornecedores alternativos. Os Estados-Membros deverão apresentar planos de diversificação e a Comissão acompanhará de perto os progressos e impactos da aplicação da medida, em cooperação com a ACER.

A proposta prevê ainda mecanismos de transparência e rastreabilidade sobre a origem do gás importado, incluindo obrigações de notificação à Comissão e às autoridades aduaneiras. O Comissário da Energia, Dan Jørgensen, declarou: “*A importação de gás da Rússia constitui uma ameaça para a segurança da Europa. [...] Nenhum Estado-Membro ficará sem energia em resultado da presente proposta*”.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 12/6 - [Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\) sobre Justiça](#); 13/6 - [Reunião do Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\) sobre Assuntos Internos](#); 15 a 17/6 - [Reunião informal dos ministros da Agricultura](#); 16/6 - [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Energia](#); 17/6 - [Conselho \(Ambiente\) e Videoconferência informal dos ministros dos Negócios Estrangeiros](#); 19/6 - [Eurogrupo](#) e [Conselho \(Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores\) sobre Política Social](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões Parlamentares](#) do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [25 de junho](#), destacando-se o Novo Quadro de Auxílios Estatais, a Estratégia para a Economia do Espaço e a Lei da UE para o Espaço.

Conselho da UE

O [calendário](#) completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 23/6 - [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); [Reunião informal dos ministros responsáveis pelo Turismo, 23-24 de junho de 2025](#); 24/6 - [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 26 e 27/6 - [Conselho Europeu](#).

Bruxelas | 20 de junho de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).